

Economia - Brasil

Como crescer mais

Descontado o soluço da inflação de julho e agosto, e que deve passar já a partir de setembro, todos os indicadores da economia brasileira dizem que a crise passou e o País está no limiar de um novo período de crescimento.

Isso não elimina problemas, mas muda sua natureza. A questão agora é saber qual a velocidade do crescimento e por quanto tempo é sustentável – o que, registre-se, é uma preocupação bem mais agradável do que a provocada pelo crescimento perto de zero.

Como será o próximo período de expansão? Em que ritmo a economia vai crescer? Uma boa maneira de responder é verificar como chegamos até aqui, isto é, quais condições permitiram a superação da crise e a retomada do crescimento.

A grande mudança no cenário econômico nacional foi o equilíbrio das contas públicas. Os resultados mais concretos apareceram apenas a partir do final de 1998, quando, nos termos do acordo com o FMI, o governo se comprometeu com metas rigorosas de superávit primário (receitas menos despesas excluídos os pagamentos de juros).

Mas as reformas e as privatizações que o governo Fernando Henrique aplicou desde seu início criaram a base para essa virada nas con-

tas públicas que está perto de completar dois anos. É pouco para os padrões internacionais, o que explica as taxas de juros ainda elevadas que o País paga no exterior, mas é bastante para o caso brasileiro, o que explica a queda daquelas mesmas taxas.

Sobre essa mudança decisiva, deve-se acrescentar a desvalorização do real de janeiro de 1999, último ato da longa crise internacional das moedas que começara na Ásia, no final de 1997. A desvalorização brasileira acabou produzindo danos bem menores do que nos outros países emergentes. Tanto a recessão quanto a alta da inflação que normalmente se sucedem a esses episódios foram mais brandas no Brasil.

Ao contrário do que pensava a grande maioria dos analistas, a estabilidade do real estava consolidada, em grande parte por causa mesmo do ajuste nas contas públicas. Assim, o Banco Central brasileiro, já sob a competente presidência de Armínio Fraga, pôde implantar o regime de metas de inflação, combinada com uma política de taxa de câmbio flutuante.

Essa complexa combinação permitiu a forte redução das taxas de juros, tudo resultan-



do num momento raro da história econômica nacional: ajuste fiscal, dívida pública em queda, inflação dominada, juros a caminho de níveis civilizados e cotação do dólar equilibrada. Acrescente-se que há um cenário de crescimento no mundo todo e eis aí as bases da expansão brasileira.

Decorre daí que a melhor forma de sustentá-la é justamente fazer mais do que já se fez. Ao contrário do que já sugerem até mesmo políticos da base governista, não é hora de afrouxar o ajuste das contas públicas, mas de reforçá-lo e dar-lhe melhor qualidade.

Com o que temos no momento, está garantido um crescimento de 4% a 5% ao ano, por uns quatro anos ao menos. É possível crescer mais – quase todos os países emergentes com os quais o Brasil compete estão avançando mais rápido.

Mas, para isso, há duas condições a cumprir, conforme opinião bastante difundida entre economistas: mais investimentos e reforma tributária. O Brasil hoje investe algo como 20% do Produto Interno Bruto (PIB). É pouco, precisaria chegar a 25%.

O economista José Alexandre Scheinkman costuma mostrar com simplicidade onde está o problema. Em números redondos, o setor privado brasileiro poupa 20% do PIB, mas investe apenas 16%. Os outros 4% são emprestados ao governo, que com isso financia seu déficit nominal (que inclui a conta de juros). Ou seja, o setor público despoupa e com isso subtrai recursos da sociedade, via impostos e/ou empréstimos.

Assim, quanto menor a despesa pública, mais sobrará para novos investimentos produtivos, inclusive do próprio governo. Como nota Scheinkman, o

governo brasileiro hoje gasta muito com o déficit da Previdência (10% do PIB) e despesas correntes, e quase nada com investimentos.

Em resumo, é preciso avançar nas reformas do setor público, garantir a aplicação da importante Lei de Responsabilidade Fiscal e retomar as privatizações. E mais a reforma tributária, esta para destravar a atividade privada. Isso se queremos um crescimento realmente forte e duradouro.

É preciso fazer mais do que já foi feito, para garantir crescimento sustentado